

Entrevista Francisco Louçã

BE

Lisboa

ISEG, 12/01/2018

35 minutos

Como é o contacto entre deputados e cidadãos? Quais são os instrumentos utilizados?

Quando o Bloco chegou ao parlamento introduziu uma novidade, a linha verde telefónica. A possibilidade técnica já existia, era aliás fácil, mas nunca tinha sido utilizado, foi criar uma linha verde de contactos, uma linha de comunicação gratuita que teve um enorme efeito, aliás criando grandes dificuldades ao grupo parlamentar porque tinha muito poucos assessores, eram só dois deputados e tinha que ter pelo menos uma pessoa em permanência a receber os telefonemas e a responder e a encaminhar as coisas, porque os telefonemas eram muitos, e eram interessantes. Portanto havia uma enorme necessidade das pessoas também suscitado pela curiosidade do grupo parlamentar novo, mas havia uma enorme necessidade de colocarem problemas, muitas vezes bastante irrelevantes ou até fora do domínio da atuação parlamentar. Um dos primeiros telefonemas que surgiu era de um homem que dizia que tinha sido proibido de entrar no casino porque era um jogador viciado e queria que houvesse uma intervenção a ver se ele voltava a poder jogar. Outras pessoas queriam saber se o cálculo da sua pensão estava bem, bastante mais substancial. Ou que queriam protestar contra uma taxa ou uma coima ou qualquer coisa. Em muitos aspetos em que o parlamento não intervém, decisões administrativas ou executivas que não são da atividade de um grupo parlamentar. Mas de qualquer forma isso revelou que era útil ter outras formas de contacto. Ao longo dos anos essa linha foi perdendo significado, porque a comunicação pela internet nos últimos 15 anos ou 17 anos ganha uma expressão cada vez maior. A publicação dos vídeos, dos deputados, o meio de correspondência direta, publicação dos projetos de lei o mais acessível possível, a realização de audições públicas para discutir alguns aspetos foi ganhando cada vez mais força. Portanto tanto por vias intermediadas como por vias diretas e aí aparece mais a expressão movimento organizados. Por exemplo, o Bloco faz uma audição sobre eutanásia, vai convidar sindicatos ou associações médicas e de enfermeiros, utentes do serviço de medicina, juristas de várias associações, deputados do PSD, do PS, de outros partidos, mas também muitas formas de expressão organizada. Isso é natural, acontece em qualquer lei.

Quem inicia o contacto, é o deputado ou os cidadãos/grupos de cidadãos?

Portugal não tem muito tradição de movimentos organizados, não tem a força de movimentos associativos como tem Espanha e Itália, em Itália temos associações com um milhão de pessoas, em Portugal temos as formas organizadas sindicatos ou associações patronais ou outras, depois temos alguns movimentos muito persistentes e muita base social como o movimento dos precários que conseguiu vitórias importantes por exemplo na negociação entre o Bloco e o governo sobre o novo regime de contribuição social foi um dos parceiros importantes de consulta técnica de intervenção e de pressão e temos alguns outros. Temos pouco movimento feminista, temos algum LGBT, movimentos que têm que ver com qualidade de habitação, ambiente, alterações climáticas, têm alguma expressão, por exemplo, na luta contra as autorizações de pesquisa offshore, Aljustrel, Algarve, Alentejo e zona centro, aí tiveram alguma

influência, mas no conjunto não são em geral relações com um grande poder. Têm as suas próprias agendas e, portanto, muitas vezes batem à porta do parlamento para apresentar uma petição ou fazer uma proposta. Houve um ou dois casos que eu me lembro relativamente importantes de leis populares, porque é legal, houve aquele da ordem dos arquitetos sobre as autorizações de elaboração de projetos urbanísticos e houve a dos precários inflexíveis sobre a nova lei dos recibos verdes. E, portanto, é preciso muitas assinaturas, mas é também uma forma de intervenção. Há várias formas de contactar, há muitos sindicatos que batem à porta, muitas comissões de trabalhadores, muitas pessoas que pedem audiências individuais, mandam por escrito as suas opiniões ou ideias ou críticas, mas que pedem também audiências. Por vezes também por motivos que são inatingíveis do ponto de vista parlamentar, protestar contra uma sentença judicial... o parlamento não pode intervir nessa matéria.

O contacto tem aumentado nos últimos anos?

Sim, vão sempre aumentando, até porque o partido passa a estar representado em mais círculos eleitorais.

Houve uma alteração destes contactos com a crise?

Não creio. Mudou um pouco a agenda, mas não creio que se possa dizer que tenha aumentado, porque já eram muitos, continuaram a ser muitos, porventura passou a haver um peso maior de preocupação de pessoas com as pensões, porque foram cortadas, os salários também, mas há mais intermediação, nas pensões não há intermediação nenhuma, porque é o estado diretamente contra os reformados, embora se tenha criado uma organização social forte nesse contexto que é a Apre, mas acho que talvez tenha aumentado muito o número de pessoas com preocupação no que ia acontecer com a sua pensão mas no conjunto acho que [não].

Qual é a importância que os deputados atribuem a estes contactos? Em particular, quais são as funções principais destes contactos (exemplo: conhecer problemas locais, preparar iniciativas legislativas, etc.)

(...). É preciso dizer sempre a verdade às pessoas. Outros são encaminhamentos. Quando as pessoas pedem para saber se a pensão está bem calculada o grupo parlamentar não vai calcular, mas pode ajudar, encaminhar, porque há pouca intermediação na sociedade, há muita dificuldade em contactar o estado, já para não falar que quando se telefona para um serviço barramos contra robots, não conseguimos falar com ninguém. Há pouca intermediação e ajudar as pessoas a saber quem é que lhes pode dar um conselho, isso é muito importante e deve ser feito. Não tem grande consequência, pode ter uma grande importância para a pessoa, mas do ponto de vista político, não tem grande consequência, não quer dizer que a pessoa vá votar no Bloco, faz porque tem mais simpatia. Há uma grande desigualdade, há partidos que têm aparelhos mais profissionais, outro menos, outros têm uma visão muito clientelar, funciona muito na base das suas redes, um partido que seja mais autárquico tem formas de proximidade mais autárquica que pode absorver uma parte desses contactos, o Bloco tem menos presença autárquica e, portanto, vai mais bater a porta do parlamento.

O contacto é direcionado a questões do círculo e as áreas de especialidade dos deputados?

Os contactos muitas vezes são gerais, a assessoria parlamentar é que faz a separação. Segurança social com a deputada que trata de segurança social, precariedade com o deputado que trata de jovens precários e recibos verdes, saúde, encaminha nesse sentido, muitas vezes os deputados fazem reuniões, muitas vezes não podem fazer todas, às vezes fazem os assessores porque o horário não estica, não consegue dar para tudo. Há uma regionalização muito grande, no Porto aparecem muitas coisas, mas também há a presença nacional. Muitas pessoas querem falar é com a Catarina ou a Mariana.

O contacto não é então direcionado diretamente ao deputado, mas ao grupo parlamentar?

O grupo parlamentar ou as pessoas mais conhecidas do grupo parlamentar mesmo que não tenham nada que ver com aquela área. (...)

É frequente apenas nas campanhas ou acontece de forma regular ao longo da legislatura?

Numa campanha eleitoral o contacto é de outra forma, mais campanha de rua. Tem os comícios, jantares e outras atividades mais para mobilizar, isso há durante todo o ano. Se vir a agenda dos dirigentes do Bloco todos os fins de semana há debates, jantares, comícios e coisas assim, isso aí não muda muito, muda na dimensão. Numa campanha eleitoral pode-se fazer um jantar de 5 mil pessoas, numa campanha eleitoral faz-se, é mais fechada na organização por razões óbvias. O que muda muita é a superfície de contacto, quando se vai à rua, o Bloco sempre foi um partido que tinha bastante popularidade, mesmo quando era mais pequeno e agora mais ainda, ou seja, não tinha fatores de rejeição importantes mesmo quando tinha 3%, 97% das pessoas não votaram, mas não tinha fatores de rejeição importantes. Por exemplo, numa campanha do Paulo Portas, a seguir ao governo do Durão Barroso, em que a campanha eleitoral era deliberadamente feita à porta fechada, porque achavam que se fossem para a rua eram executados. Porque era muito impopular nessa altura. Lembra-se das grandoladas no Miguel Relvas, PSD; isso no Bloco nunca aconteceu e, portanto, o Bloco pode sempre jogar muito no contacto de rua. Quando se vai a uma feira, grande parte das pessoas que se contactam não são votantes do Bloco, algumas pessoas terão mais simpatias outras menos (...) há muitos poucos incidentes. Há muitas pessoas que estão até à espera, isso acontece cada vez mais, participei numa iniciativa de campanha da Catarina, no último dia, sabia-se que ela ia percorrer a rua Santa Catarina no Porto e havia muitas pessoas que estavam à espera com os seus papélinhos com problemas, uma tinha sido despejada, outra era um caso de um divórcio, outro era um despedimento e queriam dar os papéis, as fotocópias, saber resposta, como se ela pudesse parar ali e fazer uma consultoria. Mas, também indica uma enorme boa-vontade e que as pessoas não sabem onde ir.

Que papel têm as novas tecnologias no contacto com os eleitores, nomeadamente fora do período de campanha eleitoral?

Terá que perguntar aos deputados como funcionam agora. Mas há um fluxo muito intenso que procura que haja resposta permanente. O Bloco tem um portal que tem umas dezenas de milhares de acessos por dia. Suponho que nos portais políticos deve ser o partido com o portal mais importante, que é o esquerda.net, tem muita informação da atividade dos deputados e das leis, discussão, mas tem também informação corrente sobre o que se passa durante o dia, nacional, internacional, tem uma equipa grande de profissionais de comunicação, joga muito na base do vídeo, noticiários, coisas mais engraçadas, mais virais, as redes sociais em paralelo com o site, isso há uns bons anos, e tem vindo a crescer e a diversificar-se utilizando sistematicamente outros instrumentos, reparei que a Catarina usa muito o Instagram, por exemplo, a Mariana usa muito o facebook, enfim usam instrumentos variados.

Isso é uma escolha individual?

Sim, mas é bastante planeado, é muito individual porque são as próprias pessoas que fazem, o que é uma carga de trabalho tremenda, não fazem por intermédios de outras pessoas e portanto quer dizer, bem sei o que é uma agenda de uma pessoa que coordena um partido, é infernal, durante o ano todo ter o fim de semana do natal, com sorte, e portanto não ter nunca fins de semana, viajar muito, 2 mil a 3 mil km por mês, ainda arranjar tempo para o Instagram e os comentários e o facebook, responder a algumas pessoas, não é coisa pequena, mas é

importante, porque apesar de tudo há uma sensação do outro lado da prestação dos pontos mais críticos, aquilo que o partido fez, mas as pessoas não perceberam, criticaram.

Considerando o seu grupo parlamentar e a sua experiência, quais são as associações ou grupos de interesses com que o grupo parlamentar mantém mais relações?

Eu acho que isso deve ser muito diferente conforme os partidos, porque a relação orgânica dos partidos com a sociedade é muito diferente, eu já me apercebi que há partidos que têm uma relação muito próxima com grupos económicos, por exemplo a EDP protesta sobre a possibilidade de haver uma renda de energias e vai bater à porta de alguns partidos e tem as suas ligações diretas, há embaixadas que têm ligações diretas.

Quando o parlamento vota por quase unanimidade uma contestação do restabelecimento da pena de morte em Israel, há dois deputados que votam contra, o João Rebelo do CDS e o João Soares do PS. De certeza que têm contactos permanentes com a embaixada de Israel. Isso acontece, há muitas embaixadas muito cuidadosas, muito insistentes com isso, o BE está muito longe desse processo e afasta-se muito desse processo. Cocktails das embaixadas são todas as semanas, pessoas que se encontram permanentemente nessas coisas não vão a viagem de estrada. Isso serve mais para criar uma doutrina de estado. A relação institucional mais de militância social, jovens precários, associações de estudantes, sindicatos associações sindicais, movimentos LGBT, saúde.

Que tipo de modalidades e instrumentos são utilizados para manter estas relações? Com que frequência?

Com alguns desses movimentos o Bloco tem uma relação orgânica, porque embora respeite muito a autonomia dos movimentos, o Bloco tem uma cultura diferente da do PC(P), porque não tem a ideia de que tem que ser o membro do comité central que dirige a CGTP, não tem esse conceito, mas os militantes participam nestes movimentos, isso significa que há uma informação diferente e uma sensibilização e uma atenção maior. É uma das formas de contacto, permanente. Depois outras, o Bloco procura muito estimular o debate sobre as suas iniciativas legislativas.

Há encontros regulares?

Há reuniões, consultas.

O contacto é mais formal ou informal?

Alguns formais outros mais informais. Quando são pessoas que participam.... Imagine a campanha para o referendo sobre o aborto, muitos dos dirigentes do Bloco, sobretudo as mulheres, mas muitos homens também, estavam diretamente envolvidos em vários movimentos cívicos, o Bloco quer sempre receber o máximo de inputs dessas associações para que o argumento político seja o mais adequado, mais mobilizador, mais certo e tal, portanto isso significa contactos permanentes. Estes grupos normalmente têm os seus próprios canais, já sabem que é o deputado ou a deputada que trabalha numa determinada área, já reuniram com essa opção, voltam a fazer o mesmo.

A relação entre partido e sindicatos tem sofrido alterações depois da crise? Se sim, quais foram?

Não. Talvez haja mais pressões dos sindicatos, mas a natureza e a forma do contacto é a mesma.

Tanto com a CGTP como com a UGT?

Sim, os contactos são mais intensos com a CGTP, com alguns sindicatos da UGT, mas a direcção da UGT é sempre bastante reticente porque é muito marcada pelo aspeto político. O PCP tem o

Arménio Carlos, é membro do comité central, o Arménio Carlos foi evidentemente uma forma do controlo partidário, mas apesar disso a CGTP tem uma relação muito mais aberta com o Bloco e imagino que com outros partidos, a UGT tem uma relação muito fechada entre o PS e o PSD.

Como é feita a elaboração das listas eleitorais? Que critérios (formais e informais) são usados pelo partido para escolher os candidatos?

O estatuto do Bloco define que são as organizações distritais, portanto é votado em assembleia distrital uma proposta pode ser aprovada uma proposta ou outra como a ordem dos deputados, a mesa nacional pode invocar razões fundamentadas, pode opor-se. Raramente o tem feito, se é que alguma vez aconteceu. Mas é uma salvaguarda contra a possibilidade de alguma distrital que possa ser influenciada imagine por um grupo qualquer e que pudesse criar uma situação de descolagem das candidaturas. Desse ponto de vista o Bloco é um partido bastante unificado na política, bastante diverso internamente, há sempre quatro listas nas convenções, há prestações muito diferentes, sensibilidades, tácticas diferentes, embora tenha reagido muito bem à dificuldade que é uma experiência nova que é este acordo de governo, que unificou bastante o Bloco, enfim há alguns sectores críticos, mas são muito, muito minoritários e que nem sequer propõem o fim dessa experiência política e portanto não há dificuldades grandes. Houve alguns casos em que as distritais aceitaram sugestões da direcção, mas a decisão é sempre delas. Propor, por exemplo, o José Gusmão, foi deputado por Santarém, ele não é de Santarém, é de Lisboa, mas foi um excelente deputado, a distrital ficou muito contente com a sua experiência. Acontece às vezes poder haver situações dessas. O Heitor de Sousa é deputado por Leiria, não é de Leiria, embora trabalhe politicamente lá há muitos, muitos anos e, portanto, é tido como uma parte da organização distrital. Houve poucos casos desses, mas as distritais acharam, como a direcção, que era melhor ter uma figura mais forte, mas em quase todos os casos resulta da própria experiência política regional. Como o Bloco ao princípio elegia mais deputados por Lisboa e Porto eram figuras nacionais ao mesmo tempo, Lisboa e Porto têm apesar de tudo essa característica, agora já elege em lugares onde partidos de esquerda nunca elegeram como a Madeira, por exemplo, só o PS elegia, mas o PCP nunca elegia, o Bloco nunca elegia. Portanto hoje a superfície de intervenção é muitíssimo maior, o que significa que há mais peso das organizações regionais.

Os critérios formais são representação política, capacidade de atuação, a direcção do Bloco procura de algum modo equilibrar, olha para o conjunto das listas e vê se há capacidade de resposta suficiente nas questões estratégicas essenciais, segurança social, saúde, relações europeias, pode fazer alguma sugestão em relação às distritais em função disso, mas em geral até creio que as coisas até se acertam naturalmente.

O desempenho do deputado na legislatura anterior é um dos critérios tidos em conta na seleção dos candidatos? Quem faz essa avaliação e o que é valorizado?

[as re-candidaturas (dos deputados que já foram eleitos) é automática?]

Em geral, tanto quanto eu sei, os deputados que quiseram continuar, continuaram a ser candidatos. Em alguns casos não foram eleitos, noutras casos voltaram a ser eleitos. O José Manuel Pureza é vice-presidente da Assembleia da República, foi eleito, voltou a eleger em Coimbra, mas não tinha sido eleito na anterior eleição. Depende muito das próprias pessoas, as vezes algumas pessoas, por razões políticas, cessaram mandato, foi o meu caso o do Fernando Rosas, mais por uma estratégia de renovação de direcção. O PSD está a fazer uma renovação de direcção com dois homens de 60 anos, o Bloco fez isso com jovens de 30 anos, está mais bem feito, é diferente. Agora, é muito difícil fazer renovações. O sucesso de renovação de direcção do Bloco é um caso muito raro, porque muitas vezes criam-se imensos conflitos, guerras políticas. Agora, portanto, os deputados os dirigentes apresentam a sua candidatura, nunca há uma

avaliação com exame sobre o que fizeram ou não, mas há uma apreciação política, há deputados evidentemente mais fortes e outros menos afirmados, com menos, há talentos diferentes.

Quem faz essa avaliação?

Não há uma avaliação que seja um critério de seleção das pessoas. As distritais terão que considerar o que será a lista mais forte, mais representativa do seu trabalho, que mais impulsiona o Bloco em cada distrito e fazer as propostas nesse contexto.

É feita uma avaliação da produção parlamentar de um ponto de vista mais quantitativo (número de perguntas, projetos de lei apresentados...)?

Não.

Como é definida a distribuição dos deputados pelas comissões parlamentares? Quais são os critérios? Os deputados escolhem as comissões da sua preferência?

Há uma consulta aos deputados e há uma inclinação natural. O João Semedo era diretor de um hospital naturalmente ficava com a saúde. Heitor de Sousa é técnico superior da Carris ficava com os transportes. Há pessoas cuja carreira profissional inclina-os para isso. Há alguns casos em que não é assim e até que se fazem mudanças, mas isso depende muito da opinião e vontade dos próprios, porque é um grande empenho que têm que ter depois naquele tema. O Bloco tem um grupo parlamentar grande, mas todas as pessoas têm que trabalhar muito. Há grupos parlamentares em que há deputados em que fazem trabalho e outros que vão lá de vez em quando e depois vão para os consultórios de advogados, os deputados do Bloco são todos em exclusividade, não teria nenhum sentido terem outro trabalho, sabem que tem uma carga pesadíssima.

Como funciona a preparação dos debates quinzenais com o Primeiro Ministro? Há uma discussão interna no partido sobre o conteúdo das perguntas a colocar?

Isso varia um bocadinho conforme o estilo das pessoas. O grupo parlamentar reúne todas as semanas, admito que algumas vezes possa ter uma discussão sobre o que é que pensa que pode ser a prioridade, mas é muito um debate preparado a partir da própria Catarina e das pessoas que trabalham mais diretamente com ela, com certeza a direção do grupo parlamentar que tem um peso grande, Pedro Filipe Soares, Jorge Costa, Mariana Mortágua, mas depois é muito dela também. Aí é mais o líder político que debate com o PM do que propriamente uma representação como tal do grupo parlamentar.

Dos instrumentos disponíveis (perguntas escritas ao Governo, projetos de lei, debates quinzenais, comissões...) qual o mais eficaz e o mais utilizado para influenciar a agenda política e mediática?

Varia. O debate em plenário é o mais importante porque é o mais visível. E o debate político faz-se ligado à opinião pública. Uma pergunta ao governo pode ser muito importante porque se pode obter respostas significativas. Nem sempre é assim, muitas vezes dão respostas muito redondas e fogem dos assuntos, mas tem havido alguma resposta, informações fundamentais para esclarecer determinados assuntos e isso é muito importante. Pode ser muito oportuno porque responde a um problema de atualidade. As comissões podem ser muito importantes no trabalho preparatório de leis, são fundamentais. (...). Mas o debate em plenário é politicamente mais importante.

E para um deputado que queira individualmente marcar a agenda política?

No Bloco tem que propor ao grupo parlamentar. Os deputados devem querer marcar a agenda política, é muito bom que tragam o máximo de iniciativas, ideias, leis propostas, debates, é assim que se deve fazer um grupo. Mas a deliberação, a filtragem, porque não se pode agendar tudo

(...) e, portanto, tem que haver uma seleção e isso tem que ser feito pela liderança política. Isso é sempre decidido em plenário dos deputados. Pode haver gente que nem sempre consiga aprovar as suas iniciativas de imediato, mas o debate é muito aberto.

O conteúdo das perguntas é decidido pelo grupo parlamentar/partido ou pelo deputado a nível individual?

Normalmente pelo deputado a nível individual. Às vezes há perguntas que resultam de deliberações políticas, que resultam do conjunto da direção ou do grupo parlamentar. Mas normalmente são os deputados.

O tema é articulado com as propostas do programa eleitoral [ou depende mais do momento político? Porquê?]

As perguntas não são bem sobre essa matéria, são mais relacionadas com a atividade do governo, o que é que fez, o que é que aconteceu nesta urgência, naquele centro de seg. social, quais são os números da execução orçamental, cativações, são desse tipo, não são propostas do debate político.

Recebem contributos da sociedade civil para a elaboração das perguntas?

Sim. Embora aí é preciso ter o critério do próprio partido. Um grupo parlamentar não é um megafone para pessoas ou associações, deve ter diálogo, mas não está a fazer o que os outros encomendam. Tem que ter a sua própria agenda política e critérios de seleção, há muitas questões que não são adequadas sequer. Agora recebe muita informação, sim. Ou resultam, por exemplo, dirigentes que fazem uma visita ao hospital verificam que há uma urgência, é natural que façam uma pergunta ao ministério da saúde ou a administração do hospital diz que não consegue financiamento para isto ou aquilo, precisamos de enfermeiros, tem todo o sentido que façam uma pergunta.

Os novos deputados têm maiores dificuldades em promover perguntas?

Não creio que tenham. A pergunta é uma das praxes parlamentares mais fáceis de aprender.

Como se explica as diferenças no número de perguntas efetuadas (governo/oposição; partidos menores vs grandes...)

Creio que o número de perguntas em si, o aspeto quantitativo não é muito importante na questão das perguntas, há muitas formas de viciar o número uma, é fazer uma pergunta a todos os municípios. São 308 perguntas, com 5 sou o recordista do mundo. Não tem nenhum significado. É muito mais importante ver se as perguntas permitem aos deputados ter mais informação sobre o sector em que estão a trabalhar. Ter mais capacidade de pressão sobre o governo. Mais capacidade de mobilização para resolver os problemas. Embora as perguntas na hierarquia das atividades parlamentares em Portugal estão na terceira ou quarta fila. Porque o governo consegue não responder ou com prazos muito atrasados o que significa que como atividade de verificação do executivo é frágil.

Mas há deputados para quem isso é uma preocupação?

É possível, às vezes há aqueles rankings ao fim do ano e há deputados que tem que ter atenção a isso. Mas é tão fácil viciar esses números, é tão pouco expressivo esse resultado global por causa desse efeito. Faço uma pergunta a todas as escolas...

A ocorrência da crise económica em 2010 alterou a forma e temas das perguntas ao governo? Há um maior enfoque em assuntos diferentes dos assuntos pré-crise? Da parte de alguns partidos em especial? E o seu partido: manteve o enfoque no mesmo tipo de assunto?

Para as perguntas, o importante não são as perguntas, não estão no topo das minhas

prioridades. A maior parte é para atividades circunstanciais. Se mudou não faço a mínima ideia. que o debate e a agenda política mudou é evidente nos últimos anos todas as palavras tem a ver com a crise económica, finança, crescimento, ganharam um peso enorme nos debates do plenário, percebe-se porque, porque a agenda política hoje é uma agenda económica e financeira.

Da parte do Bloco também?

Com certeza que sim. Já era antes, na verdade o Bloco dava muita importância à reforma fiscal, dava muita importância ao IRS, ao combate a desigualdade pelos instrumentos fiscais, porque é aqueles que o parlamento dispõe, poderá ser pela pressão da melhoria dos salários e dos contratos ou da via fiscal e o Bloco dedicou-se muito a isso, mas imagino nos últimos anos isso ganhou um predomínio enorme. O que é que se discute com o PM de há anos e anos a esta parte é a questão financeira, desemprego, questões sociais.